

A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E OS SABERES SIGNIFICATIVOS NA ESCOLA

Ivonildes (Vânia) da Silva Fonseca¹
(Universidade Estadual da Paraíba)

*Eu visto preto,
Por dentro e por fora,
Guerreiro,
Poeta entre o tempo e
A memória.
(Racionais Mcs)*

Introdução

A partir da Lei 10.639/03, os temas referentes à história da África e à cultura afro-brasileira vêm ganhando espaço na pauta escolar, todavia não encontraram ainda o seu *locus* nem a forma de realizar a transversalização². Os argumentos para esse atraso enfatizam o desconhecimento da História da África e da cultura afro-brasileira e a dúvida cruel de muitas/os educadoras/es: como trabalhar esses conteúdos atinentes à determinação legal?

É comprovada, entre muitas/os docentes, a distância conceitual positiva³ existente entre o Brasil e os países do continente africano, embora, paradoxalmente, a proximidade cultural seja constatada tanto nos vocabulários utilizados quanto no jeito de ser, na melodia da fala, entre outros. Em termos de conhecimento do continente africano entre as/os professoras/es brasileiras/os, ainda imperam informações preconceituosas, em cuja reprodução alguns setores investem.⁴

Na sociedade atual, é fato comprovado a inserção das novas tecnologias na vida das pessoas, portanto, as crianças e as/os adolescentes nascem nessa nova conformação social e têm mais afinidade com as novas ferramentas. Em alguns casos, sabem manipular os equipamentos muito mais do que a população adulta, sobretudo a docente. Nessa linha, dá para afirmar que os segmentos pré-adolescente, adolescente e da juventude, além de terem mais aproximação com os videogames, com outros equipamentos eletrônicos e com as redes sociais da internet, recebem informações que

¹ Professora na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), lotada no Departamento de Educação, Campus III. É integrante da Bamidelê – Organização de Mulheres Negra na Paraíba e colaboradora no NEABI/UFPB. Lidera o Grupo de pesquisa Dandá Ê, desenvolvendo pesquisas na área da educação das relações étnico-raciais com foco em gênero, representações afro-brasileiras e religiões afro-brasileiras.

² Salvo raras exceções, depois de 13 anos de promulgada a Lei 10.639, há uma grita por sua implementação nos municípios brasileiros.

³ O conhecimento da docência, em grande parte, ainda está baseado em escravidão como um processo natural, e as pessoas escravizadas ainda são consideradas “inferiores”, isto é, a doutrina racista impera.

⁴ Recomendo a leitura das ações e das experiências com estudantes de graduação e docentes do ensino de História relatadas pelo Professor Chagas (2010).

os atualizam e contribuem para que falem e cantem, através de composições próprias ou de outrem, as desigualdades sociais, a história africana e a luta da gente negra no Brasil com sentimento, logo, com mais entrega pessoal do que muitos/as docentes.

Os discursos presentes nas músicas do rap, por exemplo, são impregnados de sentimentos e de atitudes diversas (ironia, sarcasmo, orgulho, autoestima, indignação social); são peças valiosas que retratam a sociedade e suas mazelas e, não raro, expõem o interior dos indivíduos com suas angústias, desilusões e esperanças. Todavia, a aquiescência da autoridade docente para inseri-las em suas aulas e dar voz aos/as seus/suas autores/as, as/os estudantes é algo temerário.

Assim, constata-se que muitos/as docentes ainda resistem - e até têm preconceito - em trabalhar com os repertórios culturais de sua turma: os poemas, as letras de músicas com elementos que reforçam a memória negra e o cotidiano social de desigualdade social, de preconceito e de discriminação. As/os que pretendem trabalhar a diversidade étnico-racial têm que compreender que essa é uma porta de entrada eficaz para desconstruir o preconceito, a discriminação e a estigmatização acerca do povo negro e contribui para elevar sua autoestima.

Portanto, apesar de se reconhecer que a diversidade como matéria de estudo é inquestionável, há que se identificar sua opção pelo tipo de diversidade e se acostar a uma metodologia e, obviamente, a uma teoria da aprendizagem cuja possibilidade pode ser encontrada na aprendizagem significativa cujo expoente é David Paul Ausubel.

Diversidade, multiculturalismo, pluralismo, etnoeducação: nomes diferentes, objetivos comuns

Desenvolver um trabalho que abarque diferentes culturas recebe variados nomes, mas com um mesmo objetivo. A noção do diverso está ligada à ideia de pluralidade e de multiculturalidade e tem aplicabilidade em diferentes ramos do conhecimento. Na dimensão humana, envolve costumes, valores, alteridade, identidade, respeito e convivência interativa. O termo multiculturalismo antecede o da diversidade. Essa é a terminologia preferida pelas Nações Unidas, pelo Banco Mundial, pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e por outras agências internacionais.

O trabalho na perspectiva do multiculturalismo surgiu em final dos anos de 1970, com o objetivo de lidar com a diversidade cultural trazida por filhas/os de imigrantes. Surgiu como projeto pedagógico para a escola e para a universidade, para o emprego público e para a vida associativa. Os países que se inserem nessa data são Suécia, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Holanda, Inglaterra e parte dos Estados Unidos, conforme registrado por Sansone (2007).

Na América Latina, na Colômbia, no Equador, na Nicarágua, na Argentina e no Brasil, o trabalho com a diferença cultural foi iniciado concebendo-a como um fator enriquecedor para o convívio social a partir de 1990, quando houve a ampliação e a revisão dos currículos escolares, “incorporando saberes até então deixados de fora, como aqueles relacionados com os povos indígenas e dos povos negros” (SANSONE, 2007). Na América Latina, esse trabalho é chamado de etnoeducação ou

diversidade. No Brasil e na Argentina, foi mais recorrente a junção entre educação e diversidade.

A diversidade e as diferentes perspectivas

A questão sobre como trabalhar a/para a diversidade exige o sobrenome para ela (diversidade sexual, diversidade religiosa, diversidade étnico-racial etc.) e o conhecimento por parte da maioria das/os educadoras/es do componente ideológico que acompanha essa perspectiva. Nesse ponto, a colaboração de Siqueira (s.d.) é primordial por ressaltar que a linha adotada em uma atividade com a diversidade será de cunho conservador ou crítico (SIQUEIRA, s.d.).

O trabalho com a diversidade étnico-racial, na perspectiva conservadora, procura conciliar “as diferenças com base no mito da harmonia”, enquanto na perspectiva crítica, há o exercício da prática da “política cultural da diferença”, em que se questiona o nonoculturalismo. É também chamado de emancipatório ou transformador.

Nos trabalhos com a diversidade étnico-racial, essas perspectivas ganham evidência, pois, se são omitidas as posições das pessoas negras como seres atuantes na história, como pessoas críticas ao sistema social da opressão escravista, da sociedade elitista, burguesa e capitalista, haverá um reforço ao mito da democracia racial e, conseqüentemente, às ideias de que, no Brasil, há uma situação de harmonia racial e, nessa direção, compreende-se que, se há a quebra dessa linha de equilíbrio, a responsabilidade é da pessoa negra.

Para os que defendem a concepção da igualdade racial consolidada no Brasil, a pessoa negra se autodiscrimina e discrimina a outra pessoa negra. Não raro, muitas/os educadoras/es vociferam: “O negro tem preconceito consigo próprio”; “Quem cria o racismo é o próprio negro”. Ora, enfrentar docentes que têm convicção de que os/as negros/as discriminam a si mesmos/as é constatar o quão estão apartados da questão étnico-racial, e mais, que desconhecem a força dos elementos sociais na formação do ser humano. Qualquer pessoa negra foi criança, e a maioria das crianças negras, quando nessa fase, passou por terríveis situações de conflitos em que predominava o padrão não negro de beleza física, do jeito de viver negro, sobretudo em situação de carência material. Aqui, segue uma explicação retirada de uma entrevista feita ao antropólogo Kabengele Munanga:

CC: Quem não assume a descendência negra introjeta o racismo?

KM: Isso tem a ver com o que chamamos de alienação. Por causa da ideologia racista, da inferiorização do negro, há aqueles que alienaram sua personalidade negra e tentam buscar a salvação no branqueamento. Isso não significa que elas sejam racistas, mas que incorporaram a inferioridade e alienaram a sua natureza humana. (MARCOLINI, 2012)

Quem foi criança negra, na época em que o aparelho de televisão era artigo de luxo (anos de 1960), talvez não tenha compartilhado da ideologia racista veiculada pela “telinha”, pois, mesmo possuindo poucos brinquedos comprados, uma criança negra

tinha uma boneca de olhos azuis, pele rosada e cabelos louros que, em material plástico, fortalecia a estética não negra. A título de apresentar uma noção que culmina na compreensão de que a sociedade não é homogênea, havia, no nordeste brasileiro, muitas crianças que possuíam a sua boneca de pano, geralmente confeccionadas com cabelos feitos de tecidos de cor escura.

Um dos canais de propagação da estética não negra - as bonecas louras - ainda é forte em nossa sociedade, e isso nos lembra da própria experiência ou da de outrem. Nesse processo, é oportuna a pergunta: quantas vezes o desejo de ser branca arrebatou as crianças negras? Quantas crianças neste Brasil esperaram o milagre da transformação branca através do espelho? E as que chegaram a tomar água sanitária para ver se o processo de branqueamento acontecia consigo? Esses questionamentos vêm para contribuir com a compreensão do sofrimento provocado pela sociedade às meninas negras, embora os meninos não fiquem fora desse contexto.

A vida cotidiana, desprovida de recursos materiais, além de provocar prejuízos dentro de casa, estendia-se para a escola, e submetidas à comparação por meio de objetos, como a vestimenta, o calçado, o caderno, a caneta e o lápis, por exemplo, as crianças negras ficavam expostas ao escárnio coletivo. Então, com essas minúsculas colocações sobre a vivência negra, creio que dá para entender que a autodiscriminação tem outro nome, conforme vimos acima – alienação de sua personalidade negra. Esse fenômeno continua sendo produzido e reproduzido no dia a dia da sociedade.

Tomando como referência os tipos colocados por Siqueira, percebe-se que, no Brasil, muitas atividades relacionadas à população negra são desenvolvidas sem conhecimento da possibilidade de que elas podem servir para reproduzir estereótipos negativos e manter concepções inferiorizantes, logo, seguem uma linha conservadora.

A título de ilustração, tomo alguns dados da vida real oriundos de eventos realizados dentro de escolas e fora delas, todos praticados em nome da diversidade étnico-racial. Nesses eventos, usam-se palavras em sentido antigo ao invés de tomá-la na ressignificação, como a palavra “escravo” que, há muito tempo, cedeu o seu lugar para os termos “escravizado” e “escravizada”, para acompanhar a mudança no campo do gênero.

Algumas pessoas podem interrogar: mas que diferença faz o uso de uma palavra ou outra? Há influência na vida social real quando acatamos essas alterações? A resposta afirmativa remete à ideia de naturalização adotada no Brasil e que foi reforçada por teorias raciais que se disseminaram em diferentes espaços sociais. A respeito do uso da linguagem e de suas vinculações ideológicas, há a explicação de Carboni; Maestri (2012, p.100), que revela que substituir a categoria "escravo" por "trabalhador escravizado" produz outros significados e faz emergir a representação de um ser humano que sofreu a violência do processo de escravização e impacta a valorização da mentalidade social escravista que, em nova roupagem discursiva, é renitente.

Nesse sentido, como o designativo “escravo”, também as formas “escravocrata” e “escravista” possuem diversas *insinuações* semânticas. Por meio do sufixo “ista”, o termo “escravista” descreve um ser favorável à escravidão, como instituição, e não

agente ativo de consecução daquela ordem, pela submissão violenta e exploração do trabalhador escravizado. Ou seja, um escravizador.

Vale considerar a ponderação de muitas/os docentes de que não obtiveram informações acerca das devidas atualizações semânticas, analíticas, e esse descompasso existente entre as ressignificações e as novas abordagens sobre o período escravista reitera a necessidade do cumprimento legal que determina ser a educação um direito de todas as pessoas e sobre a implementação da Lei 10639/03.

O cumprimento da prerrogativa constitucional que garante educação para todas as pessoas e a implementação da Lei 10.639/03 indicam que é preciso garantir os financiamentos devidos, para que as instituições governamentais exerçam suas competências em promover formação para os que trabalham na educação e fiscalizem cursos cujos currículos contemplem disciplinas diretamente vinculadas a essas áreas. Todavia, conforme sabemos, no Brasil, as conquistas para a população negra advieram de lutas históricas plantadas na solidariedade contínua para, depois, serem legitimadas, e o maior exemplo, no campo da educação, é a derrubada de instrumentos legais impeditivos ao acesso à escola, entre eles, o Decreto 1331, de 17 de fevereiro de 1854, artigo 69§ 3º:

Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas;
§1º Os meninos que padecerem de moléstias contagiosas.
§2º Os que não tiverem sido vacinados.
§ 3º Os escravos (UNICAMP, 2013).

Em se tratando da implementação da Lei 10.639/03, apesar do descumprimento desse mecanismo legal, muitas atividades vêm sendo desenvolvidos em Universidades na modalidade de curso sequencial e de atividade de extensão. Há, também, eventos científicos, cursos de capacitação e de formação promovidos por organizações não governamentais, mas não alcançam a meta desejada: todas as escolas brasileiras e toda a sua docência. Verifica-se, então, na sociedade brasileira, uma dinâmica em prol da visibilidade dos valores civilizatórios afro-brasileiros, das atrizes e dos atores sociais produtores dessa cultura. Além da Lei 10.639/03, vale pontuar as medidas de ação afirmativa das quais fazem parte a Lei das Cotas, que garante a reserva de vagas para o acesso de pessoas negras no ensino superior.

No final de agosto de 2012, a aprovação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterou a forma de ingresso nos cursos superiores das instituições de ensino federais e obrigou as universidades, os institutos e os centros federais a reservarem para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos. Essa determinação deve ser cumprida até 30 de agosto de 2016, mas, a partir de 2013, as instituições tiveram que separar 25% da reserva prevista, ou 12,5% do total de vagas para esses candidatos. Também apareceram outras ações inclusivas para as universidades, como o lançamento, em 2005, de um novo plano nacional de pós-graduação por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que objetivava aumentar o número de profissionais com título de Doutorado.

São essas e outras medidas que nos colocam, a todo instante, a importância da História da África e da cultura afro-brasileira e da comprovação de que essa temática

tem que ser incorporada aos conteúdos dados nas instituições de ensino. Assim, essa cultura conferirá ao Brasil, de forma honrada, a presença de sua população negra, realçará a importância dos vários falares, dos jeitos de ser, das estéticas negras, da preferência pelas religiões afro-brasileiras e aumentará a demanda pelo respeito no lugar da tolerância.

Essa colocação comprova que a diversidade cultural, no que se refere à cultura afro-brasileira, ainda não está nos espaços escolares, e um dos receios para essa ação é o de professoras/es repetirem que não sabem como trabalhar. Mais uma vez, a aprendizagem significativa é recomendada. A partir das experiências travadas com docentes e estudantes de graduação da Pedagogia, vê-se que uma parte desse público indica que a música do rap e do funk pode ser utilizada como um recurso didático-pedagógico para tratar da vida de afro-brasileiros e aprender sobre África. Mas, sobre os rap, hip hop, funk, persiste uma criminalização que requer os questionamentos básicos: Por quê? Para quê? Porém, convém não esquecer que, para desenvolver qualquer atividade educativa, a docência tem que selecionar o que é apropriado ou não para suas aulas. E para fortalecer a aprendizagem significativa, a seleção poderá ser feita com as/os próprias/os estudantes.

Em contraposição à reserva por parte de docentes, muitos jovens enfrentam o preconceito social compondo ou memorizando longas letras, como, por exemplo, a música “Negro drama”, do grupo ‘Racionais Mc’. Entretanto, não são poucos as/os docentes que “torcem o nariz” para essa produção cultural e não percebem que

o combate aos preconceitos pode parecer simples mecanismos de defesa, no entanto é um processo complexo que tem dupla ação, se não simultânea, sucessiva. A primeira é a transformação de si próprio, enquanto indivíduo a quem, desde sua infância, foram impostos valores de rejeição, humilhação, desqualificação. A segunda é o embate com a imagem que ele e seu grupo representam para a sociedade. (TELLA, 2011)

Tomar o respeito no lugar da tolerância é o caminho que se deve seguir na sociedade contemporânea, visto que tolerar é uma ação em que somos obrigados a olhar para aquele/a que é diferente de nós, e nós ocupamos a posição de superioridade. Assim, quando toleramos, não nos misturamos ao chamado “Outro”.

Sob a ótica do multiculturalismo crítico, o reconhecimento do Outro tem um significado mais complexo e profundo. Seguindo o pensamento de A. Heller, isto quer dizer que as formas alternativas de vida do Outro, são de nosso interesse, ainda que não vivamos essas formas. O respeito pelo Outro, não admite força, violência ou dominação; admite sim o diálogo, o reconhecimento e a negociação das diferenças. [...] (HOLGONSI, 2003).

É fundamental levar essa reflexão para o cotidiano de muitas das nossas escolas, onde o processo educacional é elaborado e desenvolvido para manter concepções eurocêntricas e racistas. Por essa razão, é imperioso que as atividades sobre a diversidade evidenciem as opressões sociais, as contradições conceituais, o jogo de

poder que tentou subalternizar a população negra e, atualmente, estremece, ao vislumbrar a transformação dos papéis sociais das pessoas negras.

Diante disso, fica explícito que o ato de pensar, de fazer ginástica mental, de questionar incomoda aos que “cuidam” de manter o padrão branco, masculino, cristão, heterossexual e de classe social com poder aquisitivo. O trabalho em prol de reverter esse padrão é árduo e requer uma “ação complexa em nível de debate e em nível prático”.

Em nível de debate, acadêmico ou não, um discurso contrário se impõe para refazer o espírito de tantas gerações que foi deturpado pelo discurso ocidental, dito científico. Em nível prático, exige-se uma ação política multilinear, envolvendo o sistema educativo, a situação econômica do negro, a sua participação no poder político decisório, o seu estado psicológico, o restabelecimento de sua identidade étnica e do justo lugar que deva ocupar na história sócio econômica do seu país.” (MUNANGA, 1984, p.45)

A aprendizagem significativa

O pesquisador norte-americano, David Paul Ausubel (1918-2008), que afirmava que, quanto mais sabemos, mais aprendemos, tornou conhecido o conceito de aprendizagem significativa que ele propôs. Dele tem-se uma afirmação que permite uma apresentação do seu pensamento: "O fator isolado mais importante que influencia o aprendizado é aquilo que o aprendiz já conhece" (FERNANDES, 2012).

O impacto da teoria de Ausubel se deu no ano de 1963 e impactou as ideias behavioristas. Assim, a aprendizagem significativa se contrapôs ao behaviorismo e ao peso dado ao meio social sobre as pessoas e minimizou ou desprezou suas “bagagens” culturais, quando estavam em relação com o profissional da Psicologia ou da Educação.

A concepção de ensino e aprendizagem de Ausubel segue na linha oposta à dos behavioristas. Para ele, aprender significativamente é ampliar e reconfigurar ideias já existentes na estrutura mental e ser capaz de relacionar e acessar novos conteúdos. (FERNANDES, 2012)

Nascido em Nova York, nos Estados Unidos, Ausubel, filho de imigrantes judeus, transformou o sofrimento pelo qual passou em idade escolar em uma teoria que visa promover o ser humano por meio da interação educativa. Sua teoria coloca o estudante no centro da ação escolar, porquanto considera a história que o sujeito traz consigo, a qual é inseparável de dele. O papel da docência é valorizado no momento em que assume a “proposição de situações que favoreçam a aprendizagem.”

Os conceitos desenvolvidos por David Ausubel, ressalta Moreira (2009), “são compatíveis com outras teorias do século 20, como a do desenvolvimento cognitivo, de Jean Piaget (1896-1980), e a sociointeracionista, de Lev Vygotsky (1896-1934).” A aprendizagem significativa, conforme apresenta Moreira (2009), é categorizada em aprendizagem representacional, aquela em que o indivíduo consegue atribuir significado a símbolos particulares e aos eventos aos quais eles se referem; aprendizagem de conceito, que é mais genérica, abstrata e representa regularidades. Segundo Moreira, é uma aprendizagem representacional generalizada; a aprendizagem proposicional é

definida como uma ideia advinda dos conceitos; o conceito é definido através de uma proposição, portanto, de várias palavras.

Para a/o estudante negra/o, registram-se índices de fracasso escolar, e esse resultado deve ser analisado tomando-se elementos do contexto social, histórico e cultural. Um dado sobremaneira significativo é o trabalho desenvolvido atualmente em muitas das escolas brasileiras, que tomam o elemento negro na condição de escravizado, como um ser inferior. Isso provoca, em pleno Século XXI, autorrepulsa nos estudantes e fortalece a pseudosupremacia branca nos não negros.

O que se tem, predominantemente, são metodologias que pretendem afastar as pessoas de si mesmas, e com o apoio de ambientes e de recursos embranquecedores (fisicamente e intelectualmente), colaboram com a depreciação da população negra. Por isso, é conveniente refletir sobre o fracasso escolar. Pelo que propõe a aprendizagem significativa, os resultados seriam diferentes se os princípios básicos dessa teoria fossem executados.

O Professor Santos (2008), de forma magistral, propõe algumas ações que, por seus subtítulos, anunciam a importância de procedimentos na lógica da aprendizagem significativa: “Pare de dar aulas!”, “Pare de dar respostas!”, “Procure novas formas de desafiar os alunos!”, “Eleve a autoestima do aluno!”. As provocações dessas expressões demonstram que o conhecimento não é produzido de forma unilateral. Se a/o aluna/o não se reconhece nas abordagens feitas em sala de aula, tem-se uma aprendizagem mecânica, em que ocorre a armazenagem de informações. Assim, ao ser submetido à avaliação, apresenta um bom desempenho, mas, muitas vezes, não reconhece a aplicabilidade do que foi armazenado ou, no caso de estudantes negros, há um reforço à “alienação da sua personalidade negra” e um cultivo à baixa autoestima.

Assim, a/o aluna/o precisa ser capaz de reconhecer as situações propostas em sala de aula, e para alcançar esse objetivo, a aprendizagem significativa é adequada. Na metodologia significativa, os componentes a serem trabalhados não são restritos aos aspectos cognitivos dos sujeitos envolvidos no processo, visto que também estão intimamente relacionados às suas referências pessoais, sociais e afetivas. “Nesse sentido, afeto e cognição, razão e emoção se compõem em uma perfeita interação para atualizar e reforçar, romper e ajustar, desejar ou repelir novas relações, novos significados na rede de conceitos de quem aprende” (SMOLE, s.d.).

Em se tratando de temas relacionados à cultura afro-brasileira e não apenas negra, uma vez que o Brasil é plural, multicultural, é necessário estar alerta quanto à produção eurocêntrica, todas as vezes em que se falar do sistema escravista brasileiro e da vida atual da população negra brasileira. Basta interagir com os estudantes afinados com o rap e com segurança, afirmo, que serão adquiridas concepções que fogem à naturalização dos fatos históricos e promovem o devido estranhamento ao que foi produzido e reproduzido por uma ciência etnocêntrica.

É imprescindível provocar o questionamento em sala de aula, sobretudo sobre o processo de escravização. Perguntar por que e para que pode ajudar a enriquecer docentes e discentes para desestabilizarem construções racistas nocivas. Não é possível continuar recebendo crianças negras nas escolas, que entram e saem com informações

sobre a pseudoinferiorização do povo negro tornando-as adolescentes, jovens e adultas/os que investirão muito tempo para banir a baixa autoestima.

Agindo dessa forma, as/os educadoras/es atuarão como possibilitadoras/es, facilitadora/es do conhecimento, para evitar a memorização mecânica que ocorre de forma pontual e direcionada para determinado momento – o da avaliação – e, quase sempre, tudo é esquecido depois da cobrança. A aprendizagem deve privilegiar o contexto, o significado dos gestos, das palavras, das atitudes, deve relacionar à produção do conhecimento o cotidiano, os fatos da vida das/dos suas/seus estudantes. Deve praticar a audição, o ato de olhar e manter o diálogo.

Considerações Finais

No Brasil, o trabalho educacional ainda não acolhe a temática da história da África e da cultura afro-brasileira, conforme determina a legislação. Em tese, esse seria o instrumento fundamental para que construções de uma ciência eurocêntrica pudessem ser refutadas e o conhecimento acerca dos povos africano e brasileiro, além de elevar a qualidade social da educação e da autoestima, contribuísse para uma produção científica que reflita o Brasil pluricultural ou da diversidade.

Anunciar que se desenvolverá um trabalho nas escolas na perspectiva da diversidade não declara o viés ideológico imiscuído, pois há um sentido de trabalho conservador, e outro, de sentido crítico. Diante dessa tipologia, a diversidade étnico-racial deve ser exercitada de forma crítica, para que estigmas históricos acerca do povo negro sejam quebrados, uma vez que se encontram enraizados na mentalidade social.

Nessa perspectiva, é imprescindível se apropriar da aprendizagem significativa de Ausubel e promover um planejamento participativo na escola e em sala de aula, para que as ações educativas atinjam resultados positivos sobre os estudantes. É preciso motivar os docentes a elaborarem o projeto de uma educação conectada com a Teoria da Aprendizagem Significativa e promoverem uma educação que transforme a sociedade e produza saberes significativos capazes de emancipar a escola e a sociedade.

Referências Bibliográficas

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. *A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. 3ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. A temática da África e do (a) negro (a) na sala de aula. In: ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA, Ivonildes da Silva (orgs). *População negra na Paraíba: educação, história e política*. Campina Grande: UFCG, 2010, p.24 – 40.

FERNANDES, Elisângela. David Ausubel e a aprendizagem significativa. In: Nova escola, 2012. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/david-ausubel-aprendizagem-significativa-662262.shtml> Acesso em: 02 de maio de 2013

MARCOLINI, Adriana. Kabengele Munanga: “A educação colabora para perpetuar o racismo”. In: *Carta Capital*, 2012. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/kabengele-munanga-a-educacao-colabora-para-a-perpetuacao-do-racismo.html> Acesso em : 01 de maio de 2013

MOREIRA, Marco Antônio. Subsídios teóricos para o professor pesquisador em ensino de Ciências: a Teoria da Aprendizagem Significativa. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/~moreira/Subsidios6.pdf> Acesso em: 02 de maio de 2013

MUNANGA, Kabengele. Raízes científicas do mito do negro e do racismo ocidental. In: Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde, v.1,n1, p. 39 – 4, 1984

RACIONAIS Mcs. Negro drama. Disponível em: <http://letras.mus.br/racionais-mcs/63398/> Acesso em: 01 de maio de 2013.

SANSONE, Lívio. Apresentação. Que multiculturalismo se quer para o Brasil? In: *Ciem Cult*, 50, n.2, São Paulo, Apr/June, 2007.

SANTOS, Júlio César Furtado dos. O papel do professor na promoção da aprendizagem significativa. In: Revista Científica UNIABEU, Belford roxo, RJ, n.1, p.09-14, jan-jun, 2008.

SIQUEIRA, Holgonsi Soares Gonçalves. “Multiculturalismo: tolerância ou respeito pelo outro”, 2003. Disponível em: <http://hlgonsi.sites.uol.com.br/multiculturalismo.html> Acesso em: 22 de setembro de 2012

SMOLE, Katia Cristina Stocco. “Aprendizagem significativa: o lugar do conhecimento e da inteligência”. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/pie/zAPRENDIZAGEM%20SIGNIFICATIVA.htm> Acesso em: 01 de maio de 2013.

TELLA, Marco Aurélio Paz. ”Circuitos e sociabilidades em João Pessoa e em Mamanguape”. XI Congresso Luso-afrobrasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e desigualdades, Salvador, UFBA, , 2011.